

Trump e as novas direitas transnacionais: uma entrevista com David Nemer

Trump and the new transnational right: an interview with David Nemer

Karl Schurster*

Universidade de Vigo
Universidade de Pernambuco
Nazaré da Mata, Pernambuco, Brasil

Tatyana de Amaral Maia**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Avaliado internamente pela Equipe Editorial.

- * Investigador da Universidade de Vigo, Fundación Española para la Ciencia y Tecnología. Professor Livre-Docente da Universidade de Pernambuco, Faculdade de Formação. Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; graduação em História pela Universidade de Pernambuco. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: karl.schurster@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-1363-119X>  <http://lattes.cnpq.br/9572701361201130>
- ** Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutora e graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: tatanamaia@yahoo.com.br
 <https://orcid.org/0000-0002-1558-2192>  <http://lattes.cnpq.br/4579698936425962>

David Nemer é antropólogo da tecnologia. Professor associado no Departamento de Estudos de Mídia, assim como Professor afiliado ao Departamento de Antropologia e ao Programa de Estudos Latino-americanos, na Universidade da Virgínia. Ele também é Professor Associado ao Berkman Klein Center for Internet and Society de Harvard. Nemer é autor dos livros *Tecnologia do Oprimido* (Milfontes, 2022) e *Favela Digital* (GSA, 2013).

* * *

Entrevistadores. David, é uma grande satisfação poder conversar com você neste momento tão decisivo para os estudos das “novas direitas”. Você tem se destacado internacionalmente ao analisar como os ecossistemas digitais moldam práticas políticas e sociais. Nesse sentido, nosso objetivo aqui é tentar compreender o significado do segundo governo de Donald Trump não apenas no plano doméstico dos Estados Unidos, mas também em sua dimensão transnacional, como parte de uma rede global de movimentos de direita radical. Queremos discutir como a antropologia digital pode nos ajudar a interpretar os impactos do trumpismo sobre a democracia, a circulação de discursos de ódio e a configuração de identidades políticas no mundo contemporâneo.

Como você interpreta o retorno de Donald Trump ao poder? Em que medida sua segunda presidência representa continuidade ou ruptura em relação ao primeiro mandato?

David Nemer. É ambos. No plano institucional, há continuidade: canetadas regulatórias em série, uso expansivo de ordens executivas e tarifas como instrumento de política externa e doméstica. Em 2025, a Casa Branca voltou a acionar tarifas “recíprocas” como eixo de barganha, inclusive com anúncios formais nesse sentido. Essa lógica mercantilista da reciprocidade tarifária já estava presente no primeiro mandato, mas agora aparece de forma mais agressiva e imediata, quase sempre usada como chantagem em negociações diplomáticas. Já a ruptura está no escopo e na cadência: a segunda presidência veio mais centralizada, com um pacote migratório e de fiscalização pensado para viabilizar deportações em massa e uma máquina normativa que redesenha agências por dentro, reduzindo a autonomia técnica e subordinando setores inteiros da burocracia ao núcleo político trumpista. Essa é uma inflexão mais dura em direção a um governo com contornos de exceção, menos interessado em manter a “fachada institucional” do que em moldar o Estado à sua imagem.

Um aspecto particularmente grave dessa ruptura é o ataque direto à liberdade acadêmica. Se no primeiro mandato a hostilidade contra universidades se manifestava de forma difusa, retórica contra “elites culturais”, descrédito à ciência e hostilidade às humanidades; agora o movimento se tornou sistemático e institucionalizado. Universidades

como Columbia, Harvard e a própria Universidade da Virgínia (UVA), onde leciono, foram transformadas em inimigas públicas. O governo passou a usar o orçamento federal como arma, ameaçando cortar financiamentos e bolsas caso as instituições não se submetessem à agenda ideológica trumpista. No caso da UVA, as pressões chegaram a tal nível que o presidente da Universidade renunciou após ameaças explícitas de cortes vindos de Washington. Esse ataque às universidades mostra que não estamos diante apenas de uma continuidade do trumpismo cultural, mas de um projeto de domesticação da esfera acadêmica. A tentativa é clara: enfraquecer o pensamento crítico, intimidar professores e pesquisadores, e converter as universidades em palcos subordinados a uma guerra cultural autoritária. É aqui que se revela uma das maiores rupturas do segundo mandato: a substituição da retórica pela coerção direta, minando a autonomia institucional que é um dos pilares da democracia liberal.

Entrevistadores. Você tem estudado as interações digitais da extrema direita. Como as estratégias comunicacionais online do trumpismo se adaptaram desde 2016 até o atual governo?

David Nemer. Se em 2016 a aposta era quase toda no ecossistema aberto, principalmente Facebook e Twitter, com foco em micro segmentação de anúncios, uso intensivo de *dark posts* e uma retórica de choque calibrada para viralizar, hoje o repertório é multiplataforma, redundante e mais sofisticado.

O trumpismo aprendeu a operar como um ecossistema distribuído. Cada plataforma cumpre uma função distinta dentro de uma engrenagem coordenada:

- X (antigo Twitter) se consolidou como espaço de agenda-setting, onde o trumpismo testa narrativas, provoca crises midiáticas e pauta a imprensa em tempo real.
- Telegram e Signal funcionam como bastidores e sala de máquinas: ali se organiza a coordenação, circulam teorias conspiratórias mais densas, manuais de ação política e campanhas de desinformação que depois são “exportadas” para espaços mais abertos.
- TikTok e Instagram Reels operam como iscas emocionais: vídeos ultracurtos, de estética popular e linguagem meme, funcionam como porta de entrada para públicos jovens e despolitizados, transformando o consumo de política em entretenimento identitário.
- Rumble, Truth Social e outras plataformas alternativas complementam esse arsenal ao oferecer refúgio para conteúdos que enfrentam moderação mais rígida em ambientes *mainstream*. Isso cria um ciclo no qual a censura é reinterpretada como combustível narrativo, reforçando a identidade de resistência contra o “sistema”. O Truth Social, em particular, plataforma de propriedade de Donald Trump, acabou se consolidando como uma espécie de canal oficial do seu governo. É lá que ele divulga anúncios, publica suas cartas e compartilha decretos presidenciais, transformando a rede em uma extensão direta da sua comunicação política e em um espaço simbólico de centralidade do trumpismo

digital.

O diferencial dessa segunda fase é a redundância estratégica: a mesma mensagem circula em múltiplos canais, ajustada ao formato de cada ambiente, o que dificulta bloqueios e garante resiliência. Essa capacidade de replicação faz com que, mesmo quando uma plataforma impõe limites ou remove conteúdo, a narrativa já esteja ancorada em outros espaços e dificilmente desapareça do ecossistema.

Outro elemento central é a hibridização entre comunicação política e cultura de influência. Hoje, figuras do trumpismo operam como influencers digitais, monetizando seus conteúdos por meio de *superchats*, assinaturas, doações diretas e publicidade nativa. Isso transforma a própria base militante em microempreendedores da desinformação, criando um modelo de financiamento descentralizado que reforça a autonomia do movimento em relação às instituições partidárias tradicionais.

Por fim, há a dimensão geopolítica. O governo Trump transformou o dossiê TikTok em peça de negociação internacional: aprovou a lei do “vender-ou-banir”, confirmada judicialmente, e fez do futuro da plataforma uma barganha em disputas comerciais com a China. Essa disputa, no entanto, foi convertida em capital político doméstico: Trump apresentou-se como o líder que “enfrenta Pequim” e ao mesmo tempo mobilizou o caso para reforçar sua narrativa de que as *big techs* e plataformas digitais devem se submeter ao interesse nacional, entendido aqui como o interesse do trumpismo. O resultado é um ecossistema comunicacional mais complexo, profundamente adaptado à lógica algorítmica, capaz de explorar simultaneamente o *mainstream* e os subterrâneos digitais, e de transformar cada crise em oportunidade de expansão narrativa.

Entrevistadores. O trumpismo ainda é um fenômeno norte-americano ou já se consolidou como parte de uma rede global das novas direitas?

David Nemer. É uma matriz transnacional. Observamos a circulação de frames como “fraude eleitoral”, “cruzada *anti-woke*” e “invasão migrante”. Também vemos táticas espelhadas, que vão desde a canalização de militância para mensageiros fechados até a monetização identitária, além de uma portabilidade organizacional que envolve *think tanks*, criadores de conteúdo/*influencers* e PACs que funcionam como válvulas de acoplamento em contextos nacionais distintos.

A infraestrutura digital reduz o “custo de tradução” ideológica e acelera a replicação, permitindo que narrativas criadas nos Estados Unidos sejam rapidamente apropriadas e adaptadas em outros países. Estudos recentes têm mostrado como extremismos online circulam de ambientes abertos, como X e Facebook, para plataformas fechadas como Telegram e WhatsApp, e depois retornam ao *mainstream*, influenciando imprensa e política institucional.

Um dos sinais mais evidentes de que o trumpismo se consolidou como matriz global é

o uso constante da figura de Trump no Brasil pela extrema direita. Sua imagem é projetada como referência de pensamento e de ação, transformando-o em um modelo a ser seguido. Políticos e influenciadores digitais brasileiros mobilizam Trump como símbolo de autenticidade política, de enfrentamento às instituições e de resistência às elites culturais, conferindo legitimidade às suas próprias agendas locais.

Essa apropriação mostra como o trumpismo já ultrapassou fronteiras e se tornou um repertório de práticas e símbolos disponíveis para movimentos radicais em diferentes partes do mundo. Outro ponto central dessa transnacionalização é a instrumentalização da Lei Magnitsky. Originalmente criada para punir violações de direitos humanos e corrupção, a lei foi convertida em arma retórica e política para impor valores trumpistas em escala global. Ela é mobilizada como ferramenta de pressão diplomática, mas também como narrativa interna de que o trumpismo detém a autoridade moral para definir quem está ou não alinhado com a democracia e os “verdadeiros valores ocidentais”. Na prática, isso reforça um projeto de política externa que não só instrumentaliza os direitos humanos, mas também exporta a lógica de confronto cultural e político que caracteriza o trumpismo.

Entrevistadores. Quais paralelos podemos traçar entre o trumpismo e movimentos de direita radical em outros países (como Bolsonaro no Brasil, Vox na Espanha ou Le Pen na França)?

David Nemer. O paralelismo entre o trumpismo e outras direitas radicais no mundo se revela sobretudo no método e na mídia. O método envolve o ataque preventivo às instituições eleitorais, ao judiciário, a estetização do conflito cultural e o uso de um ciclo comunicacional que alterna entre plataformas abertas e fechadas. Nas plataformas abertas, como X, Facebook e YouTube, o objetivo é pautar a agenda pública, tensionar instituições e criar narrativas de crise permanente. Já nas plataformas fechadas, como WhatsApp, Telegram e Signal, a função é organizar mobilizações, radicalizar seguidores e coordenar ações que muitas vezes se traduzem em presença nas ruas.

No Brasil, isso ficou evidente no período pré e pós-eleitoral, em que a coordenação via WhatsApp e Telegram serviu de base para disseminar desinformação em escala massiva e mobilizar atos golpistas. Esse processo culminou no 8 de janeiro, quando a invasão de Brasília espelhou, quase como uma tradução tropicalizada, o 6 de janeiro nos Estados Unidos. Trata-se de um aprendizado transnacional: grupos bolsonaristas absorveram não apenas as narrativas de Trump sobre fraude eleitoral, mas também seus modos de ação digital e física, testados e ajustados à realidade brasileira.

Na Europa, vemos estratégias semelhantes. O Vox, na Espanha, utiliza Telegram e outras plataformas alternativas para manter uma militância altamente engajada, muitas vezes fora do radar de moderação mais rígida, produzindo ondas de desinformação ligadas a imigração, feminismo e soberania nacional. Da mesma forma, a França de Marine Le Pen

adapta o modelo trumpista de guerra cultural, transformando temas como segurança, islamofobia e euroceticismo em bandeiras políticas constantemente recicladas nas redes sociais. Tanto Vox quanto Le Pen exploram a mesma lógica: usar plataformas abertas para alcançar grande visibilidade e legitimação midiática, ao mesmo tempo em que recorrem a espaços fechados para sustentar a máquina de engajamento e radicalização.

O que une esses movimentos é a infraestrutura transnacional de circulação de táticas e frames. Não se trata apenas de coincidência, mas de uma ecologia compartilhada: memes, estratégias de campanha, slogans e até formatos de mobilização se movem com facilidade de um país para outro, impulsionados por *think tanks*, influenciadores digitais e redes de financiamento que transitam entre Estados Unidos, América Latina e Europa. Assim, o trumpismo funciona como matriz organizadora que inspira e legitima movimentos locais, criando um repertório comum que atravessa fronteiras.

Entrevistadores. De que maneira as plataformas digitais (X, Facebook, Telegram, TikTok) têm funcionado como infraestrutura política do trumpismo?

David Nemer. O alinhamento entre o governo Trump e as Big Techs está cada vez mais presente, mas ficou especialmente evidente em dois momentos simbólicos. Primeiro, na própria inauguração da presidência, quando os donos e CEOs das principais empresas de tecnologia foram convidados de honra, ocupando um espaço de prestígio que deixou clara a proximidade entre a Casa Branca e o setor. Mais recentemente, em um jantar promovido por Trump com os executivos dessas empresas, essa aliança voltou a se explicitar, reforçando a mensagem de que existe uma relação estratégica entre o trumpismo e as plataformas digitais.

Essa relação pode ser entendida como uma simbiose política e econômica. De um lado, Trump depende das Big Techs para amplificar suas ideias e valores, explorando os mecanismos de engajamento que tornam conteúdos extremos altamente visíveis e rentáveis. De outro, as plataformas dependem do governo para não serem reguladas de forma rígida. O preço dessa proteção é justamente a flexibilização ou retirada de mecanismos de moderação, que poderiam reduzir o alcance de conteúdos radicais, mas que na prática permanecem circulando e até sendo favorecidos pela lógica algorítmica.

O resultado é uma engrenagem em que governo e empresas se beneficiam mutuamente: Trump mantém sua retórica insurgente enquanto usa a infraestrutura corporativa das plataformas como canal privilegiado de comunicação, e as Big Techs preservam seu modelo de negócios baseado na viralização de indignação, sem grandes restrições legais. Esse pacto implícito ajuda a entender como o trumpismo se consolidou como fenômeno digital: não apenas por sua habilidade comunicacional, mas também pela cumplicidade estrutural entre poder político e poder tecnológico.

Esse movimento revela aquilo que chamo de populismo plataformizado: um populismo que só existe porque explora mediações corporativas e infraestruturas técnicas. O trumpismo

depende das arquiteturas de recomendação que selecionam, hierarquizam e distribuem conteúdo, convertendo a lógica algorítmica em um motor de radicalização e de mobilização política. A insurgência contra as elites é, portanto, menos uma ruptura real e mais uma performance cuidadosamente construída dentro das engrenagens do próprio sistema que se pretende combater.

Entrevistadores. O trumpismo se apresenta como insurgência contra as elites, mas depende fortemente de big techs, think tanks e financiamento. Como você enxerga essa contradição?

David Nemer. Essa contradição era mais presente no primeiro mandato do Trump do que agora, já que, como mencionado na resposta acima, as big techs estão cada vez mais alinhadas ao seu governo. Porém, essa contradição que existia tratava-se de uma contradição funcional. O trumpismo se apresenta como movimento insurgente contra as elites, mas na prática se apoia em infraestruturas que pertencem a esse mesmo establishment. O discurso é de enfrentamento ao sistema, enquanto a ação é de captura de recursos do próprio sistema para ampliar o alcance político.

As plataformas digitais eram o exemplo mais visível: ao mesmo tempo em que eram demonizadas como censoras, elas funcionavam como os principais veículos de propagação de suas narrativas- digo que “eram demonizadas” (no passado) porque hoje são vistas como aliadas e servindo a esse propósito de propagação de suas narrativas. O algoritmo que supostamente silencia também é aquele que oferece visibilidade, gera engajamento e monetiza a indignação.

Além das plataformas, o trumpismo depende de think tanks, fundações e redes de financiamento que se apresentam como fontes de expertise e legitimidade. Essas instituições fornecem o verniz intelectual para sustentar posições políticas radicais, produzindo relatórios, eventos e campanhas que reforçam a retórica populista, mas com recursos e legitimidade típicos do establishment. A própria filantropia conservadora tem alimentado essa engrenagem, financiando influenciadores, canais digitais e iniciativas jurídicas que fortalecem o projeto trumpista.

Esse movimento revela aquilo que chamo de populismo plataformizado: um populismo que denuncia mediações, mas que só existe porque explora mediações corporativas e infraestruturas técnicas. O trumpismo depende das arquiteturas de recomendação que selecionam, hierarquizam e distribuem conteúdo, convertendo a lógica algorítmica em um motor de radicalização e de mobilização política. A insurgência contra as elites é, portanto, menos uma ruptura real e mais uma performance cuidadosamente construída dentro das engrenagens do próprio sistema que se pretende combater.

Em outras palavras, o trumpismo não sobrevive fora desse paradoxo. Sua força vem justamente da capacidade de transformar a dependência em narrativa: cada vez que é acusado

de se apoiar em elites econômicas ou digitais, o movimento reinterpreta esse fato como prova de que enfrenta inimigos poderosos. O resultado é uma retórica de autenticidade que se mantém de pé enquanto se alimenta das mesmas estruturas que declara rejeitar.

Entrevistadores. Nos EUA, como a segunda presidência de Trump reconfigura os debates sobre raça, gênero e imigração?

David Nemer. A segunda gestão de Trump reativa hierarquias raciais e de gênero como eixo explícito de política pública. O governo investe na construção de figuras de “inimigos internos”, que incluem imigrantes, pessoas trans e progressistas, e a partir dessa categorização legitima medidas de exceção que antes se mantinham nos limites do discurso. O aparato de fiscalização, detenção e vigilância é fortalecido de forma inédita, com aumento expressivo de orçamento e ampliação da capacidade operacional para implementar deportações em escala.

Esse processo não apenas redefine a fronteira como um espaço de aplicação contínua de medidas de exceção, mas também desloca o Overton window, isto é, altera os limites do que é considerado aceitável no debate público. Propostas que antes soariam como extremas passam a ser apresentadas como respostas “necessárias” diante da suposta ameaça desses grupos. O resultado é uma normalização da intolerância que ecoa para além das políticas migratórias, alcançando debates sobre raça, gênero e sexualidade em diferentes esferas da vida social e institucional.

Esse deslocamento produz efeitos cumulativos: legitima perseguições direcionadas, incentiva violência simbólica e material contra comunidades marginalizadas e fragiliza os mecanismos democráticos de proteção de minorias. Ao transformar a diferença em ameaça, a segunda gestão consolida um ambiente político no qual a exclusão se torna parte do projeto governamental e não apenas um efeito colateral de suas políticas.

Entrevistadores. O trumpismo pode ser entendido como um “novo conservadorismo” ou já se trata de um projeto autoritário com contornos próprios?

David Nemer. O trumpismo contemporâneo deve ser entendido como um autoritarismo de plataforma com verniz conservador. A sua essência não se limita às chamadas “políticas de costumes”, mas constitui um projeto sistemático de rearranjo institucional que atinge simultaneamente os campos regulatório, orçamentário, judicial e comunicacional. A lógica é enfraquecer freios e contrapesos, neutralizar burocracias independentes que poderiam conter abusos de poder e transformar adversários políticos em inimigos existenciais a serem combatidos.

Sob a lente do autoritarismo digital, esse movimento ganha contornos ainda mais nítidos. As plataformas digitais são utilizadas como infraestrutura de governo. Elas não apenas ampliam o alcance do discurso, mas também funcionam como mecanismos de legitimação, testagem e normalização de ideias que corroem instituições democráticas. O trumpismo

explora algoritmos que privilegiam choque, repetição e polarização, transformando indignação em capital político- assim como promove o desenvolvimento de ferramentas digitais para impulsionar ainda mais o Estado de vigilância, como é o caso da polícia ICE. Assim, a guerra cultural permanente não é apenas uma estratégia retórica, mas também uma forma de captura da esfera pública digital.

O repertório de ações inclui desde a reengenharia institucional promovida por ordens executivas até a colonização simbólica de arenas culturais e midiáticas. Trata-se de um regime de exceção modular, que se ajusta de acordo com as oportunidades abertas pelo ambiente digital. Em momentos de crise, acelera medidas mais autoritárias e justifica restrições em nome da ordem ou da segurança nacional. Em períodos de menor tensão, mantém a pressão cultural e a reconfiguração institucional como pano de fundo constante, garantindo que a excepcionalidade nunca deixe de ser uma possibilidade iminente. Esse modelo mostra como a fusão entre política e tecnologia digital não apenas sustenta o trumpismo, mas também cria as condições para que o autoritarismo se apresente como uma forma de governança legítima e inevitável. A plataforma, portanto, não é mero veículo, mas o próprio terreno onde se constrói e se estabiliza o projeto autoritário.

Entrevistadores. Que considerações os estudos sobre as “novas direitas” digitais podem oferecer à sociedade civil e à academia para enfrentar seus impactos políticos e sociais?

David Nemer. Acredito que há três entregas possíveis dos estudos sobre as novas direitas digitais:

Diagnóstico etnográfico de ecossistemas: A primeira contribuição é a capacidade de revelar como funciona a engrenagem humana por trás do que muitas vezes parece apenas um fenômeno algorítmico. Em meus estudos, eu defini isso como a “Infraestrutura Humana da Desinformação” onde uma organização humana foi organizada para promover e distribuir desinformação ao imitar o funcionamento de um algoritmo em uma plataforma onde o algoritmo não é presente, o que é o caso do WhatsApp e Telegram.¹

A etnografia digital permite seguir pessoas, infraestruturas e gramáticas comunicacionais, do meme aparentemente banal ao comício presencial, para expor o que chamei de “infraestrutura humana” que move a máquina digital. Moderadores, micro influenciadores, doadores, advogados e desenvolvedores formam uma rede invisível, mas indispensável, que sustenta a propagação e a resiliência das narrativas radicais. Mapear essas camadas humanas é essencial para entender que a tecnologia não atua sozinha; ela é apropriada e moldada por práticas sociais organizadas. Cartografia de fluxos.

A segunda entrega está no mapeamento das circulações de informação entre

1 *The Human Infrastructure of Misinformation: A Case Study of Brazil's Heteromated Labor*. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/governing-misinformation-in-everyday-knowledge-commons/human-infrastructure-of-misinformation/FA0D49CA537A77D628A8A1D0826ECED5>. Acesso em: out. 2025.

diferentes espaços comunicacionais. A análise mostra como narrativas surgem em plataformas abertas, circulam para ambientes fechados e retornam ao mainstream. Uma mensagem que nasce em X pode ser potencializada no Telegram ou no WhatsApp (e vice-versa), ganhar corpo em mobilizações de rua e depois ser retrabalhada pela televisão ou pela imprensa digital. Ao compreender essa ponte entre o aberto e o fechado, é possível identificar pontos de estrangulamento que passam pela monetização, pela logística, pelos serviços de nuvem e até pelos gateways de pagamento que financiam a militância digital. Esse tipo de cartografia revela a infraestrutura invisível que dá sustentação material ao extremismo político. Intervenções baseadas em evidência.

A terceira contribuição é oferecer caminhos para políticas públicas e práticas institucionais que enfrentem os impactos da extrema direita digital sem cair em medidas autoritárias. Isso envolve exigir transparência e *enforcement* sobre os mecanismos de recomendação e alcance de conteúdos, regular a governança de anúncios políticos e de criadores digitais e ampliar a interoperabilidade de dados para auditoria independente. Também exige investir em alfabetização midiática que vá além da checagem de fatos. É preciso construir uma verdadeira imunização narrativa, fortalecendo comunidades para resistirem às manipulações e criando práticas coletivas de autodefesa comunicacional. Relatórios recentes sobre Telegram e extremismo mostram que existem pontos de intervenção possíveis e eficazes sem recorrer ao punitivismo cego.